

Porto Maravilha e o Morro da Providência: O que está em jogo?

Carolina Müller Sarcinelli Luz¹

Resumo: O presente trabalho tem como propósito fomentar a discussão, a partir do contexto dos megaeventos esportivos, acerca dos conflitos que estão se configurando em torno do processo de *gentrificação*² da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, em especial no Morro da Providência, que está afetando, tanto em termos materiais quanto simbólicos, as esferas mais vulneráveis da população.

Palavras-chaves: Gentrificação; Estigmatização; Mercantilização da cidade.

Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa de mestrado que venho desenvolvendo junto ao PPGSA³. Mesmo levando em consideração que este projeto ainda se encontra em fase inicial, ou seja, ainda está aberto a revisões e sugestões, é possível apontar alguns aspectos relevantes dentro do quadro analítico que se configura nesse contexto. O objetivo principal da pesquisa é compreender a dinâmica territorial do conflito na região tendo como foco principal dois grupos de atores que estão inseridos em tal campo – moradores do Morro da Providência diretamente atingidos pelo processo de remoção e Estado.

O que se busca aqui é entender como as reestruturações urbanas, direta ou indiretamente vinculadas aos megaeventos esportivos, se relacionam ao processo de remoção, quem elas estão afetando, qual é a leitura dos grupos atingidos, como estão se operacionalizando tais transformações e como que estas políticas públicas estão afetando a relação entre o morador e o local. Considerando os megaeventos esportivos momentos chaves para compreender a evolução, o planejamento e a modificação da paisagem das cidades (Mascarenhas, 2011), a intenção inicial é

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – IFCS/UFRJ.

² Termo utilizado sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra dos anos 1970, criticado por diversos autores, e definido como intervenções para a recuperação da vida urbana nas áreas centrais, ou volta dos grupos sociais mais ricos para essas áreas (LUCHIARI,2005).

³ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

mapear as questões surgidas a partir do desenvolvimento do Projeto Porto Maravilha⁴ que estão ressignificando a área e trazendo consigo um processo de resgate da centralidade urbana, relacionando-as com o processo de remoções no Morro da Providência.

Os megaeventos esportivos vêm sendo um tema muito em voga no atual cenário internacional, dada a possibilidade em potencial de renovação e reestruturação da cidade. Como mostram Mascarenhas, Bienenstein e Sánchez (2011), a dimensão conjectural que esses eventos podem adquirir está diretamente vinculada ao extraordinário volume de investimentos e capital, das mais diversas ordens, que são atribuídos a cada edição, conjugando o empenho de atores, privados e públicos, articulados nas diversas escalas territoriais. Segundo os autores, sediar um evento de tal envergadura requer um conjunto de intervenções sobre a cidade, em especial na infraestrutura geral, como, por exemplo, na área de habitação, segurança pública, transportes, telecomunicações, assim como construção e adaptação de instalações específicas que atendam às distintas modalidades, seguindo padrões normativos internacionais da FIFA⁵ e do COI⁶.

O Porto Maravilha e a cidade

A transformação da cidade ocorre ao mesmo tempo no plano discursivo e simbólico, refletida na visibilidade que atrai, uma vez que o contexto esportivo, campo portador de sentidos e significados, contribui para a construção de uma imagem considerada positiva, muito associada à ideia de cidade disciplinada, saudável, vigorosa e empreendedora (MASCARENHAS, BIENENSTEIN e SÁNCHEZ, 2011). Esse *marketing* da cidade conta com “ampla projeção midiática e com crucial envolvimento do setor privado” (MASCARENHAS, BIENENSTEIN e SÁNCHEZ, 2011: 19), afirmando a competência empresarial da mesma. A nova economia do esporte acaba por se tornar um projeto estratégico de promover a cidade dentro de um modelo neoliberal de planejamento e gestão territorial, calcado na lógica de mercado.

⁴ A Operação Urbana Porto Maravilha, é uma ação da Prefeitura do Rio de Janeiro em conjunto com os Governos Estadual e Federal. Seu objetivo é promover a reestruturação local, através da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região. O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho. “Para coordenar o processo de implantação desse projeto, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, empresa de economia mista, controlada pela Prefeitura. A CDURP tem como principais funções implementar e gerir a concessão de obras e serviços públicos na região, além de administrar os recursos patrimoniais e financeiros referentes ao projeto” (CDURP).

⁵ FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado.

⁶ COI – Comitê Olímpico Internacional.

O projeto Porto Maravilha, ao qual terei que me debruçar mais a frente ao longo da pesquisa, dá vida a esse planejamento estratégico. A zona portuária, área central, onde alguns de seus bairros já se direcionaram acusações de degradação ou abandono durante décadas pela prefeitura do Rio de Janeiro, vem sendo foco de grandes intervenções urbanísticas desencadeadas pela preparação de eventos como Copa do Mundo e as Olimpíadas (GONÇALVES, 2014). Esta região vem se constituindo como objeto do mercado turístico e imobiliário através do ingresso no circuito globalizado, contribuindo como exemplo para a construção de uma imagem de cidade que se “vende” para atrair grandes negócios e projetos. No lugar do planejamento geral da cidade com seus diversos zoneamentos e planos diretores, fortemente centralizado pela ação do Estado, surge o planejamento dito estratégico e consigo implementam-se as diversas PPP – parcerias público-privadas –, dando vida àquilo que Vainer (2011) denomina como um planejamento flexível, amigável ao mercado (*market friendly*) e orientado pelo e para o mercado (*market oriented*), que tem como alvo preparar a cidade para receber capitais através da ênfase em entretenimento.

Cada vez mais se tem a impressão que organizar megaeventos se tornou uma meta explícita de políticas públicas no Brasil (Mascarenhas, 2011). A privatização de espaços públicos associado ao projeto Porto Maravilha serve como um claro exemplo da fragmentação política necessária para tornar a cidade mais competitiva, onde o planejamento estratégico se contrapõe ao plano diretor da cidade. Vemos deste modo uma “mercantilização da cidade” que, assim como o capital, possui também seus próprios fetichismos, encobrendo e reatualizando, entre tantos outros processos, o velho dilema das remoções das favelas. Se, por um lado, essa renovação urbana pode ser vista como um meio de dinamizar a economia local, redefinindo a imagem da cidade no panorama mundial, por outro pode ser analisada como uma alavanca para o amplo e complexo processo de *gentrificação* que vem ocorrendo no Rio de Janeiro.

Se para Bruno Latour (2012), o social não se explica, mas é exatamente aquilo que deve ser explicado, nesse sentido a noção de laboratório social é acionada junto a ideia de cidade. Ela passa a ser vista como um campo de investigação, onde os cientistas sociais tentam criar conceitos, categorias e métodos de pesquisa que busquem dar conta dos temas que emergem nesse ambiente. Aqui a definição de cidade vai além da questão de organização do espaço físico urbano, ela ganha contornos mais amplos uma vez que é entendida como uma construção simbólica, refletida na ordem abstrata das coisas como o ordenamento dos costumes, o modo de pensar, a moral, a divisão do trabalho, etc.

A cidade, como nos ensina a escola de Chicago, em especial Robert Park (1968), é uma entidade viva que vai além dos indivíduos e dos espaços que participam de sua constituição. Benjamin (1991) por sua vez sinaliza que a mesma não é somente um cenário, sua definição vai para além disso, ele a entende como um personagem. A tentativa de Benjamin é de mostrar é que a mesma não deve ser compreendida apenas sob a ótica de um contexto geral, não é apenas um pano de fundo onde é possível verificar tais transformações, mas sim parte constitutiva delas, elemento central e operante no modo como estão sendo negociadas as dimensões de tais transformações urbanas.

Nesse sentido, pensando as intervenções urbanas vinculadas aos megaeventos esportivos, no que se refere ao legado gerado, Vainer aponta para a contínua prática de “socialização dos custos e privatização dos benefícios” (2011: 15), gerando cidades mais desiguais e injustas. Já Teresa Caldeira, em “Cidades de muros”, mostra aos leitores de que modo “o desrespeito aos direitos da cidadania tem se combinado a transformações urbanas para produzir um novo padrão de segregação espacial nas últimas décadas” (CALDEIRA, 2000: 9).

O Morro da Providência

Meu interesse pelas remoções que estão ocorrendo no Morro da Providência deu-se pela especificidade deste lugar ser considerado pelos pesquisadores e reivindicado por seus moradores como a primeira favela do Brasil – o Morro da Favela. A origem do termo favela faz referência a uma planta muito comum na Bahia. Após a Guerra de Canudos (1895-1896) muitos soldados que regressaram ao Rio de Janeiro em busca do pagamento do governo por seus serviços prestados a União, instalaram-se em construções erguidas provisoriamente em um dos morros da cidade. O Morro da Providência passou a ser conhecido popularmente como Morro da Favela em referência à favela original, planta nativa que encobria a localidade de Canudos. O governo porém nunca realizou o pagamento do soldo e os soldados não saíram de lá. O termo favela passou a designar então tipos de habitações improvisadas sem infraestrutura que ocupavam espaços populares.

Se antes o Morro da Favela era ocupado por soldados vitoriosos da Guerra de Canudos, muito foi elaborado e produzido na transformação acerca das favelas, seus territórios e habitantes. Nesse sentido vejo que o Morro da Providência revela assim uma enorme contribuição na construção do imaginário coletivo desta complexa categoria. Localizado entre os bairros de Santo Cristo, Gamboa

e Saúde, na zona portuária da cidade, o Morro da Providência vem recebendo intensas intervenções, sendo remodelado a fim de atender às futuras demandas, com uma forte ênfase no viés turístico. Levando em consideração novamente que a cidade não se limita a uma questão de organização do espaço físico (BENJAMIN 1991; PARK, 1968), mas que ganha contornos mais amplos dentro desse cenário de “renovação” urbana, minha intenção é analisar a morfologia, dando conta de alguns conceitos e categorias que circulam o universo das transformações que vêm ocorrendo na região, onde discutir em especial as rupturas e as continuidades que se configuraram no Morro da Providência e no seu entorno a partir das recentes remoções, parece pertinente na qualificação de tal debate.

A relevância da etnografia como método de pesquisa e de conhecimento é um ponto chave e extensamente discutido nas ciências sociais (DAMATTA, 1974; VELHO, 1974; EVANS-PRITCHARD, 2005), ao qual tenho tentado empregar ao longo da pesquisa de mestrado. No início de 2013, quando comecei a despertar meu interesse pelo Morro da Providência, antes mesmo de ingressar no PPGSA, intensifiquei meus contatos com algumas pessoas integrantes do *GEP – Grupo de Educação Popular*, que atua na região com forte viés político. A partir de então participei durante poucos meses do *ALFA*, subgrupo que tem como eixo central a alfabetização de jovens e adultos da comunidade. Essa entrada me possibilitou o contato com grupos específicos de moradores, me aproximando da realidade cotidiana daquele ambiente. Durante esse período a zona portuária já passava por um intenso processo de resignificação perante a cidade, incluindo aí também o Morro da Providência.

Entre alguns dos contatos que tive em campo, para além dos movimentos sociais militantes na região, o Fórum Comunitário do Porto e a Comissão de Moradores da Providência vêm possibilitando abertura privilegiada a uma perspectiva sobre as intervenções na região. O Fórum Comunitário do Porto (FCP), é um espaço formado inicialmente por moradores da região, organizados desde 2011, para discussão de mobilização e resistência frente as intensas transformações decorrentes das intervenções da operação urbana consorciada do Porto do Rio, conhecido como o Porto Maravilha. Junto aos moradores participam também ONGs, associações culturais, universidades e mandatos parlamentares. Segundo suas próprias definições, o Fórum se constitui como um espaço público onde são vocalizadas denúncias de violações de direitos, articulados a apoios institucionais necessários à ação política de defesa destes direitos. Suas ações são estruturadas em três eixos principais – projetos e concepções de desenvolvimento, questão

fundiária e violações de direitos e conflitos urbanos⁷.

A Comissão por sua vez, é formada em especial pelos moradores da Providência que estão ameaçados de remoção. Muitos se articularam quando tiveram suas casas marcadas com a sigla SMH – Secretaria Municipal de Habitação –, sem autorização e sem qualquer explicação por parte da prefeitura, se mobilizando no sentido de reivindicar a participação nas decisões sobre a comunidade. A ausência de informação e de envolvimento da comunidade na discussão sobre o projeto que visa remover 380 famílias por estarem em área de risco e outras 291 para a implantação do teleférico e do plano inclinado, é um problema central no relato dos moradores⁸.

No que se refere diretamente aos moradores atingidos e removidos pelas obras, as opções de acordo com o governo variam entre o aluguel social, a indenização em dinheiro e a compra assistida da futura casa, seja dentro ou fora da comunidade, onde cada uma das alternativas possuem dinâmicas próprias de condições, procedimentos e atores em jogo. As configurações das etapas de negociação sofrem mudanças de acordo com as opções feitas pelo morador. A dificuldade de negociação com a prefeitura é um aspecto recorrentemente acentuado pelos atingidos pelas remoções. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro sinaliza que individualização das negociações por parte da prefeitura tende a gerar uma invisibilidade da luta de resistência e desarticulação dos moradores.

Ainda que muito preliminarmente, se por um lado meu foco tem se debruçado até então em entender as configurações e os arranjos dos grupos de moradores atingidos, em contrapartida, afim obter uma visão mais global do objeto e de desenvolver uma melhor compreensão da dinâmica territorial do conflito, creio ser apropriado realizar uma problematização do papel do Estado dentro deste debate, uma vez que este não é monolítico. As dificuldades de se construir consensos, interna e externamente deste aparato, também devem ser levadas em consideração, uma vez que o conflito se configura inclusive politicamente entre os diferentes posicionamentos das diversas esferas do governo. Nesse sentido assim como o grupo de moradores não se apresenta de modo homogêneo tampouco se apresenta o Estado. Para entender como se constrói sua coesão é necessário também

⁷ Fórum Comunitário do Porto - “Quem somos nós?”. Acesso em 20 Abril 2014. Disponível em: <<https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/>> .

⁸ Dados retirados do Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro sobre Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro (2014). Os Comitês Populares Locais são resultados de mobilizações nas cidades-sede da copa de iniciativa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil. Em cada cidade reflete a organização dos atingidos e da sociedade local em sua luta contra as Violações de Direitos decorrentes da realização dos jogos da Copa 2014, e no Rio de Janeiro, também das Olimpíadas 2016.

um debruçamento sobre a leitura dos agentes que o compõe, uma vez que este não é apenas uma reificação, um ator em jogo, mas abre portas para um outro universo que também requer uma análise cuidadosa.

Sem dúvida o desvelamento do campo requer maior dedicação e refinamento das questões. Ainda assim com o que tenho em mãos até então me arrisco a apontar uma realidade complexa e heterogênea, marcada por tensões e disputas, com atores de ambos os lados com posicionamento e expectativas bastante plurais. Por hora, já realizei algumas tentativas de ingresso ao campo, tendo contato com alguns atores, associações e instituições que participam de atividades e de movimentos sociais que atuam na região⁹. Embora eu considere que essas possam ser interessantes oportunidades de adentrar este universo, poucos foram os desdobramentos que tive até então. Deste modo, dadas as limitações e dificuldades que tenho encontrado, enquanto ainda busco novas possibilidades de entrada e contínuo investimento nas pontes já estabelecidas, restringi a elaboração deste trabalho a alguns pontos teóricos que permeiam o debate analítico sobre o tema, sabendo que os mesmos precisam de maior aprofundamento e qualificação nesta discussão. Sem dúvida creio que algumas das questões apontadas servirão para iluminar e auxiliar uma maior compreensão e desvelamento de como certas dimensões vinculadas a esse processo de intervenções vêm reproduzindo desigualdades sociais históricas.

Representações e efeitos da categoria favela e os projetos de cidade: o que está em jogo?

Os estudos sobre favela foram marcados ao longo do tempo por diferentes ênfases, como por exemplo a lógica higienista, do progresso e da civilidade durante o período de Pereira Passos, a lógica do trabalho associada ao período Vargas marcado pela cidadania regulada, a discussão sobre a ordem e o desenvolvimento se direcionando para a favela como um local desordenado e que precisa ser eliminado, dentro de um viés de controle do crescimento durante o período da ditadura militar, seguido pela questão da violência, muito marcada nas abordagens sociológicas dos anos de 1980 e 1990. O prisma da ausência e da escassez, sem dúvida é uma perspectiva que marca grande parte dessas fases, onde o termo favela reflete um território visto pela falta de serviços públicos e de

⁹ Entre alguns deles estão: GEP – Grupo de Educação Popular, ELEP – Espaço Livre de Educação Popular da Providência, Comissão de Moradores, Fórum Comunitário do Porto, Casa do Porto, Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro.

estrutura urbana das mais diversas ordens.

A falta de estrutura urbana e o tipo de materialidade da casa e seu entorno, não são elementos suficientes para dar conta dessa forma de ocupação do espaço. Se por um lado estamos falando sobre o território, é importante entender como se dá a caracterização social de seus habitantes. A representação comumente evocada é que a favela é o *locus* da pobreza, é o território urbano dos pobres (VALLADARES, 2005). O modo como essa categoria é entendida traz questionamentos acerca das representações que rodeiam esses espaços de habitação popular, muitas vezes compreendidos como áreas de sobrevivência dos rejeitados pela sociedade.

Na favela, os pobres estão em sua casa. Na medida em que formam uma cidade dentro da cidade, a cidade ilegal dentro da cidade legal, os residentes demarcam seu território, verdadeiro enclave onde a marca identitária é onipresente. Assim percebida, a favela teria uma economia própria, leis intramuros e códigos particulares, desenvolvidos nesses espaços entregues à própria sorte e abandonados pelos poderes públicos. Território da partição, a favela seria o próprio símbolo da segregação socioespacial das grandes metrópoles brasileiras, em especial do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005, p. 151).

Sem dúvida a categoria favela não se restringe apenas ao universo econômico, mas aciona uma série de rituais e códigos muito próprios que não necessariamente correspondem as sanções legais da sociedade dominante. Tais concepções não fazem parte daquilo que é considerado aceito, aquilo que é a norma. É como se essas pessoas, seus comportamentos, práticas e suas formas de habitar o espaço urbano não fizessem parte da cidade e não correspondessem aquilo que é entendido pelos planejadores urbanos como o modo de se viver em sociedade, “no coletivo” (Mello e Vogel, 1981).

O que estamos de frente, camuflado nesse discurso, é a utilização da categoria desvio, tratada por Howard Becker (2008) em seu livro *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. A questão apontada por Becker, ainda que ele contextualize a trajetória do desviante para assim entender suas escolhas, é que o desvio só existe a partir da própria definição da norma, que estabelece um processo de penalização da vida cotidiana. Quem estabelece a norma, também estabelece deste modo o desvio e age querendo impor sua moral particular. Existe nesse sentido uma correlação de forças, uma construção social de relação de poder, o que por si só já pressupõe posições assimétricas.

As categorias norma e desvio, formalidade e informalidade, fundamental e marginal, entre tantas outras, para além de dicotômicas e descritivas, são categorias que também constroem o debate e o mundo enquanto prática social, uma vez que possuem toda uma dinâmica própria de

funcionamento, autorização, tolerância, repressão, etc. Os debates, ainda que tenham seus limites, não são deslocados da história. Essas perspectivas vão mudando a medida que o mundo e o contexto também vão mudando. Isso tem como consequência uma delimitação não somente do campo analítico em si, mas também influi no campo de ação dos indivíduos. O mundo contemporâneo certamente é bastante regulado. A noção de legalidade aqui, para além de sua função operacional, definem paralelamente como as coisas devem funcionar, que aspectos são incentivados e que aspectos são reprimidos, quais são as coisas permitidas e quais são as coisas proibidas e sancionadas.

O elemento perverso, voltando a citação acima de Licia Valladares (2005), é que a concepção de tal imagem é a de que há um grande abismo entre aquilo que é a cidade e o que é favela, ou, se assim podemos dizer, entre aquilo que é cidade legal e o que é a cidade ilegal. Essa dicotomia se reflete em outras escalas através de paradigmas como o formal x informal, organizado x desorganizado, moderno x arcaico, permanente x provisório, entre muitos outros dualismos, e se estabelece a partir de uma ideia sobre o que são esses territórios e quem é a população que habita esses espaços. É necessário pontuar que tais dualismos pressupõem certa normatividade, onde as práticas estão sujeitas a regras e código, ou seja, a lei restringe e também produz efeitos. Creio que isso reforce a noção de que a cidade e a favela são mundos incrivelmente distintos, com padrões de interação próprios, que não dialogam e não se misturam (ZORBAUGH, 1983). Porém faz-se necessário pontuar que essa fronteira existe, porém ela é fluida, uma vez que os campos estão continuamente sendo permeados e renegociados.

Este tipo de visão fortalece a distinção entre cidade e favela, contribuindo para uma maior estigmatização desses territórios, seus moradores e suas práticas. A definição de alguém como estigmatizado, confirma em contrapartida a “normalidade” do outro indivíduo, ou seja, o atributo depreciativo, predominante na construção da identidade social dessa pessoa, é um elemento relacional, só fica evidente a partir da interação social e do contato com o “outro”.

Para Goffman os estigmas são sinais corporificados de modo depreciativo, onde “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (2008: 14). A palavra estigma, deste modo, tem sentido conotativo à degradação, aquele que é banido socialmente e o é exclusivamente por culpa sua, e ao ser definindo assim é penalizado e posto à margem da sociedade. “Há os membros da classe baixa que, de forma bastante

perceptível, trazem a marca de seu status na linguagem, aparência e gestos, e que, em referência às instituições públicas de nossa sociedade, descobrem que são cidadãos de segunda classe” (GOFFMAN, 2008: 157).

Nesse cenário, o discurso da “civildade”, naturalizado através da moralidade dominante e recorrentemente evocado frente a essas populações, vistas como quem precisa ser socialmente *educado*, permanece mascarado pela inclusão na formalidade e na cidadania (FREIRE e SOUZA, 2010). Assim, é possível apontar uma moralidade que hierarquiza os diferentes modos de vida, onde para ingressar na cidade legal e ser considerado cidadão pleno, deve-se desconsiderar as outras formas de sociabilidade e normatividade que regiam o modo de vida na favela.

Toda a população moradora de favelas passou a ser vista como composta por bandidos ou quase bandidos, em razão da contiguidade territorial inescapável com minoria que integra os bandos armados. Emparedada, vive uma vida sob cerco. De um lado, pela violência criminal e policial que desestabiliza a sociabilidade em seus territórios de moradia (e de trabalho, para muitos) e dificulta o prosseguimento regular das interações nas diferentes localidades.(...) De outro lado, o medo e a desconfiança generalizados das camadas mais abastadas da cidade obrigam os moradores de favela a um esforço prévio de “limpeza simbólica” – isto é, a necessidade de demonstrar ser “pessoa (ou grupo) de bem”, a fim de ganhar a confiança do Outro (MACHADO, 2008, p. 15).

Dentro dessa perspectiva, a categoria favela, sem dúvida aciona e evidencia uma série de elementos e signos qualificados negativamente pela sociedade dominante, marcando deste modo a fronteira prática e simbólica entre os diferentes campos. Como aponta Machado, esses moradores de um lado vivem pressionados pela forte segregação territorial que influenciam suas dinâmicas cotidianas. De outro lado vivem também a segregação simbólica através do estigma ligado a uma violência protagonizada por uma minoria. O que percebemos é um discurso homogenizador que frequentemente associa as representações e as identidades atribuídas às favelas à criminalização de seus moradores. Neste sentido o posicionamento de Luiz Antônio Machado da Silva (2008) ganha luz ao analisar a favela para além das definições descritivas, entre o que está fora e o que está dentro. Para o autor a realidade é muito mais diversa e complexa, por isso talvez busque analisar essa categoria sob um olhar que consiga captar a heterogeneidade dessa realidade repleta de sutilezas e estratificações¹⁰.

Na obra *O Mito da Marginalidade*, Janice Perlman (1977) busca quebrar esteriótipos promovidos acerca da pobreza urbana, onde os residentes das favelas eram vistos como alienados politicamente, parasitas da economia e uma mancha na paisagem carioca da década de 1970. A

¹⁰ Os estudos de Janice Perlman (1977) e Licia Valladares (1980) também destacam a diversidade interna e a heterogeneidade encontrada nos assentamentos populares no Rio de Janeiro.

partir da análise da remoção da favela da Catacumba para os conjuntos habitacionais, a autora fornece evidências de que os moradores são economicamente ativos e política e socialmente organizados. O que a Perlman aponta é que a marginalização é um processo promovido e mantido pelo próprio Estado na reprodução do sistema capitalista. Do ponto de vista analítico, a lógica dessa reprodução vai depender, intrinsecamente da unidade que a análise está partindo. O foco aqui é a cidade? É a periferia? É a favela? Creio que o que está no cerne desta questão, é que a discussão sobre a pobreza urbana não se limita à favela, mas reflete os projetos de cidade, a produção de cidade e os processos de urbanização como um todo. O que entra em xeque é o valor, a ocupação, a posse, as relações com o lugar e com as pessoas e o modo como as pessoas lidam com suas casas no mundo capitalista. A marginalidade aqui não diz respeito à favela, mas aos arranjos que se configuram para entender a cidade.

Como disse acima, os debates não são deslocados da história. As perspectivas, sem dúvida, vão mudando a medida que o mundo e o contexto vão se reconfigurando e vão sendo negociados. As políticas moldam, de certo modo, as formas como as pessoas agem, assim como as formas que pessoas agem também moldam as políticas. A cidade, deste modo, cria os indivíduos assim como os indivíduos criam a cidade, ela se constrói enquanto discurso e enquanto modelo político.

Tendo em vista que os modos de viver e ocupar o espaço urbano não são homogêneos, no âmbito da hipótese, me arrisco a questionar se o que está em jogo com a incorporação de um novo *ethos* é um certo controle das classes mais desfavorecidas através das formas de habitação, algo talvez a ser elaborado em futuros trabalhos. Por um lado esse posicionamento bota em xeque a questão do individualismo na vida urbana contemporânea. Se temos que desconsiderar a alteridade dos arranjos sociais e da vida cultural, qual liberdade que temos de ser diferentes no espaço da cidade. Se o território também é um local de produção de subjetividade, o espaço aqui, evocando Simmel (2005), não se restringe apenas ao espaço físico, mas diz respeito também as aproximações e distanciamentos que se dão nas relações sociais na cidade.

Considerações finais

Este trabalho faz parte de um projeto de mestrado que se encontra em andamento, mas ainda em fase inicial e buscou brevemente fomentar algumas discussões acerca das representações acionadas pela categoria favela e o nexos entre a estigmatização desses territórios e da população

habitante desses espaços, com a pobreza, a marginalidade e os projetos de cidade em curso. É importante pontuar que pobreza pode ter um objetivo político dentro de um projeto específico de cidade e nesse sentido, cabe perguntar se o que está em jogo é um diálogo ou um combate, uma busca por alternativas ou uma dinâmica da guerra.

A formatação da favela como algo homogêneo é em si um argumento muito político e radical dentro desse cenário. A continuidade de construção de uma visão estereotipada dos pobres talvez conduza ao questionamento se as alternativas encontradas pelos tomadores de decisão em políticas públicas estão conseguindo superar a disputa dicotômica entre os campos em questão. Nesse sentido, acho válido questionar como que as políticas públicas que agem sobre tais locais, estão pensando essas categorias. Como que elas estão sendo usadas, quem as utiliza e quais estão sendo suas consequências sobre esse território e essa população? Creio que essas e outras questões podem auxiliar numa maior compreensão sobre como que as políticas públicas que estão agindo no Morro da Providência e seu entorno, direta ou indiretamente vinculadas aos megaeventos, estão afetando de forma complexa a vida dos moradores em diversas esferas, como que os mesmos percebem esse processo de transformação e quais as implicações e desdobramentos simbólicos e práticos que esses conseguem identificar em suas vidas cotidianas.

Levando em consideração que o modo como estamos pensando, elaborando e produzindo cidades entra em xeque aqui, acho relevante pontuar que talvez a formatação como esses elementos estão se configurando e sendo apresentados não parece adequada para vencer a segregação social proveniente do modelo de desenvolvimento econômico vigente. Nesse sentido, torna-se cada vez mais necessário o diálogo e a integração entre as diversas searas das políticas públicas e acadêmicas para a superação dessas dificuldades. Apesar de já se encontrarem experiências e trabalhos sobre os efeitos que as intervenções urbanísticas provenientes dos megaeventos vêm produzindo na vida da população de baixa renda no Rio de Janeiro, ainda é necessário a exploração do tema e uma discussão mais profunda sobre as concepções, conceitos e os projetos de cidade que estão circulando no universo das habitações populares e favelas.

Referências:

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, W. Paris do Segundo Império. In: *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 1991. pp. 9 – 101.

CALDEIRA, Teresa P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA: transformações e resistências na região portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fase, v. 1, 2014.

CDURP – Apresentação do projeto do Porto. **Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro**. Disponível em: < <http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx> >. Acesso em 20 Agosto 2013.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO – Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2014.

DAMATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues'. In: **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, Oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO. Quem somos nós?. Disponível em: < <https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/> >. Acesso em 20 Abril 2014.

FREIRE, Letícia de Luna; SOUZA, Mônica Dias de. Trocando o pneu com o carro andando: Uma etnografia do processo de intervenção do programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos. **Relatório final da pesquisa de campo do projeto Manguinhos: Diagnóstico histórico-urbano-sanitário. Subsídios para políticas públicas sustentáveis em saúde**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, R. Prefácio Autenticidade e transformações urbanas. In: GUIMARÃES, R. S., *A utopia da pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária*

carioca, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

LATOURE, B. “Introdução e Introdução à Parte I”. In: *Reagregando o social – Uma introdução à Teoria do Ator Rede*. Salvador: EDUSC, 2012, pp.17 – 69.

LUCHIARI, M. T. D. P, Centro Históricos – Mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MACHADO, Luiz Antônio da Silva. *A vida sob o cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MASCARENHAS, G. O olimpismo e a cidade. In: MASCARENHAS, G. BIENENSTEIN, G e SÁNCHEZ, F., (org). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

MELLO, Marco Antônio da Silva e VOGEL, Arno (1981). *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro: IBAM/NUFEP.

PARK, R.; BURGUESS, E. W.; MCKENZIE, R. D. **The city**. Chicago: The University of Chicago Press, 1968.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, vol. 11, n. 2, outubro 2005, pp.557-592.

VAINER, C. Prefácio. In: MASCARENHAS, G. BIENENSTEIN, G e SÁNCHEZ, F., (org). **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

VELHO, G. Observando o Familiar. In: **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ZORBAUGH, Harvey Harren. **The Gold Coast and the Slum. A Sociological Study of**

Chicago's Near North Side. Chicago: The Chicago University Press, 1983.